

Narandiba: a morada do sonho.

Maria Lucia Malard,
Prof. De.pto Projetos da EAUFMG
Renato César Ferreira de Souza,
Prof. De.pto Projetos da EAUFMG
Alfio Conti,
Prof. da FAU-PUC/MG
Maurício Laguardia Campomori,
Prof. De.pto Projetos da EAUFMG
Sérgio Ricardo Palhares.
Prof. Projeto da FEA-FUMEC

Resumo.

O artigo é substrato da avaliação pós-ocupação do Campus Experimental de Narandiba, em Salvador, Bahia, feita a partir de uma abordagem fenomenológica, onde se procura perceber as qualidades essenciais do espaço através da identificação dos conflitos arquitetônicos. A parte aqui apresentada diz respeito apenas ao espaço exterior (ambiente urbano) do conjunto. Primeiramente é apresentado um resumo da metodologia de abordagem fenomenológica para avaliação do ambiente construído. Em seguida descreve-se, sucintamente, o objeto de investigação. Passa-se, então, à formulação de algumas hipóteses sobre o sítio urbano, levantadas a partir das análises dos elementos de desenho urbano disponíveis. Em seguida as hipóteses são discutidas e analisadas. Finalmente conclui-se que, aparentemente, não existem conflitos no espaço urbano de Narandiba, pois, os 23 anos de convivência solidária daquela comunidade regularam o uso coletivo do território e neutralizaram as fontes de conflito.

1. Introdução.

Este trabalho faz parte do projeto "Avaliação pós-ocupação, participação de usuários e melhoria de qualidade dos projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica com o apoio do Estúdio Virtual de Arquitetura - EVA", apoiado pela FINEP através do programa Habitare.

Na primeira parte do projeto foi adaptada e detalhada a metodologia de abordagem fenomenológica para avaliação do ambiente construído, desenvolvida por MALARD¹. Na segunda parte, foram efetuadas duas aplicações: uma no Campus Experimental de Narandiba e outra em conjuntos habitacionais populares de Ipatinga, Minas Gerais, que foram construídos pelo sistema de mutirão auto gerido. A análise comparativa dos dois casos permitirá avaliar a eficácia da abordagem fenomenológica como instrumento para o conhecimento dos fatores espaciais – arquitetônicos, urbanos, e paisagísticos - intervenientes na qualidade do ambiente construído.

O presente artigo se debruça apenas sobre a avaliação do espaço de uso coletivo (ou espaço urbano) de Narandiba. A avaliação das unidades habitacionais será focalizada em outra publicação.

2. A abordagem fenomenológica.

Os fundamentos da abordagem fenomenológica são descritos por MALARD². Apresenta-se, aqui, apenas um breve resumo dos principais conceitos subjacentes aos procedimentos metodológicos adotados.

Os conceitos de casa e lar têm origens distintas e se referem a diferentes fenômenos. Entretanto nós usamos a palavra casa indiscriminadamente, tanto para designar o objeto (que compramos) como para indicar o lar (no qual moramos). Morar é uma experiência existencial que se dá através do objeto casa. A nossa casa (o objeto) incorpora a nossa morada, o nosso lar (o fenômeno). É na casa que se dá a experiência do lar.

¹ MALARD, M.L. Brazilian low cost housing: interactions and conflicts between residents and dwellings. Tese de PhD. Universidade de Sheffield, Inglaterra, 1992.

² MALARD, M. L. O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popper. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte*: v.8, n.8, p.128 - 154, 2001

KOROSEC-SERFATY³ propõe definir as características fundamentais do morar nas seguintes relações:

- 1- Estabelecimento de um interior/exterior.
- 2- Estabelecimento de visibilidade.
- 3- Apropriação.

O estabelecimento de uma relação interior/exterior é a demarcação das fronteiras que qualificam o espaço. Morar é estar dentro (num lugar) em oposição ao estar lá fora. Dessa oposição emerge a questão da visibilidade. Qualquer moradia pode ser aberta e fechada, visível e escondida ao mesmo tempo. Portas e janelas propiciam visibilidade, tanto de fora para dentro como de dentro para fora. A apropriação é o processo de experimentar, na sua totalidade, o fenômeno de morar. Essas três características propostas por KOROSEC-SERFATY podem ser inscritas em quatro conceitos: territorialidade, privacidade, identidade e ambiência. Esses conceitos se constituem nas dimensões fenomenológicas do habitar. A experiência de morar é, pois, a de usufruir a privacidade de um território delimitado fisicamente, caracterizado socialmente e qualificado ambientalmente.

E a casa objeto, que espécie de entidade é essa? Como ela interfere na experiência de morar? Pode ela - objeto - ser abordada fenomenologicamente?

HEIDEGGER⁴ enuncia que há dois sentidos diferentes para as coisas. O primeiro se aplica, por exemplo, a uma pedra. Se perguntarmos "para o que é uma pedra?", a resposta será "não é para nada; é apenas uma pedra". A essa categoria de objeto HEIDEGGER chama "present-at-hand" (presente-ao-alcance).

O segundo sentido das coisas se aplica aos objetos sobre os quais a pergunta "para o que é?" não pode ser recusada. Este é o caso do martelo. Se alguém pergunta "para o que é um martelo?" a questão não pode ser respondida que ele não é para nada, que é apenas o que é, porque martelos são para martelar. Essas coisas HEIDEGGER descreve como "ready-to-hand" (prontas-para-uso).

A palavra "para" implica numa idéia de envolvimento, de propósito: o martelo é para martelar. Martelar é, então, a sua essência.

Se o martelo é para martelar, podemos dizer que a casa é para morar. A essência do martelo é definida por sua adequação para martelar que, por sua vez, pode ser definida por sua manuseabilidade, trabalhabilidade, dureza e resistência para martelar. Fazendo-se uma analogia com a casa, pode ser dito que a casa é definida por sua adequação ao morar, isto é, por sua "habitabilidade".

A casa somente pode ser compreendida em termos de sua habitabilidade e somente suas características de habitabilidade - seus predicados - podem propiciar pistas para a resposta à questão "para o que é uma casa?"

3. O conceito de conflito arquitetônico.

Quando estamos desenvolvendo atividades, podemos encontrar entidades que não estão bem adaptadas para o uso que decidimos fazer delas: a ferramenta está estragada ou o material é inadequado para a finalidade que queremos. Nós descobrimos a inutilidade da ferramenta, não por observá-la e estabelecer suas propriedades, mas por usá-la.

O objeto que não serve bem ao seu propósito é, no dizer de HEIDEGGER, "unready-to-hand" (não pronto para ser usado) e a atividade não pode ser desenvolvida propriamente. Esse fato desvela a essência do equipamento.

Se uma janela, por exemplo, atende a todos os propósitos para os quais foi desenhada e fabricada, ela não irá ser especialmente notada; ela será apenas uma janela funcionando dentro do que se esperava. Do contrário, se a janela falhar em qualquer um de seus propósitos, ela se torna conspícua e aquele aspecto que está falhando irá nos afetar, nos incomodar. Surgirá então um conflito entre o morador afetado e a janela defeituosa. Essa idéia pode ser generalizada: nenhum elemento ou componente será notado se funcionar dentro das expectativas que temos de seu funcionamento. Mas se qualquer coisa andar errado, aquele elemento ou componente será notado, mesmo que apenas uma de suas partes

³ KOROSEC-SERFATY, P. Experience and Use of The Dwelling. In I. Altman and C. M. Werner (Eds.), *Home Environments*. New York: Plenum Press, p.65-83, 1985

⁴ HEIDEGGER, M. *Being and Time*. Trad. by John Macquirre & Edward Robinson. London: SCM Press, 1962, pag. 91-145)

não esteja funcionando de acordo. No caso da janela, se há frestas na esquadria que deixam passar água perceberemos toda a janela como “unready-to-hand”.

Todas as situações causadas por “unreadiness-to-hand” são conflitos que revelam a própria essência do elemento que falhou, permitindo-nos capturar essa essência teoricamente, ao observar e analisar o conflito.

4. As leituras espaciais.

Os espaços arquitetônicos são sempre lugares significativos, porque são as espacializações da *práxis* social e, assim sendo, eles revelam muitas pistas sobre comportamentos e sobre relações sociais. Essas pistas são reveladas através dos conflitos que surgem nas interações entre moradores e moradias. Para identificar esses conflitos podem ser feitas observações diretas ou Leituras Espaciais. Uma vez identificados, os conflitos podem ser analisados para que possamos conhecer os fenômenos que estão sendo afetados, o que nos permitirá interferir para corrigir os problemas nessas e em futuras moradias.

As Leituras Espaciais são técnicas bastante ecléticas de registro de informação e se baseiam apenas na convicção teórica de que um elemento “unready-to-hand provoca” conflito na sua relação com o morador. As leituras incluem diversos procedimentos triviais adotados: elaboração de croquis, registros fotográficos, entrevistas informais e relatórios de observações circunstanciais.

5. O caso de Narandiba.

Para a realização das Leituras Espaciais em Narandiba a equipe traçou, ainda em Belo Horizonte, as principais estratégias gerais que seriam usadas no trabalho. Outras reuniões se seguiram na cidade de Salvador, com o objetivo de elucidar dúvidas surgidas em campo e adaptar os procedimentos investigativos às peculiaridades do universo investigado. Em síntese, o processo de conhecimento do objeto se deu por tentativa e erro, com eliminação do erro através da avaliação crítica dos procedimentos adotados. A equipe de 6 pesquisadores permaneceu em Salvador de 13 e 19 de maio de 2001, período em que procedeu às Leituras Espaciais do conjunto e das moradias. Além das Leituras, colheram-se outras informações documentais *in loco* como mapas, plantas e o Catálogo da época da construção do Campus Experimental.

5.1. O empreendimento.

O Campus Experimental de Narandiba foi construído em Salvador, Bahia, no ano de 1978. Situa-se no centro da ferradura formada pela conexão dos dois principais eixos viários da cidade de Salvador, a BR 324 e a avenida Paralela (av. Luiz Vianna Filho). O conjunto fica próximo à região conhecida como Iguatemi, de topografia suave, inserindo-se numa área também conhecida como Vale da Saboeira. O mapa da Figura 1 mostra a situação do Campus Experimental de Narandiba dentro da malha urbana de Salvador.

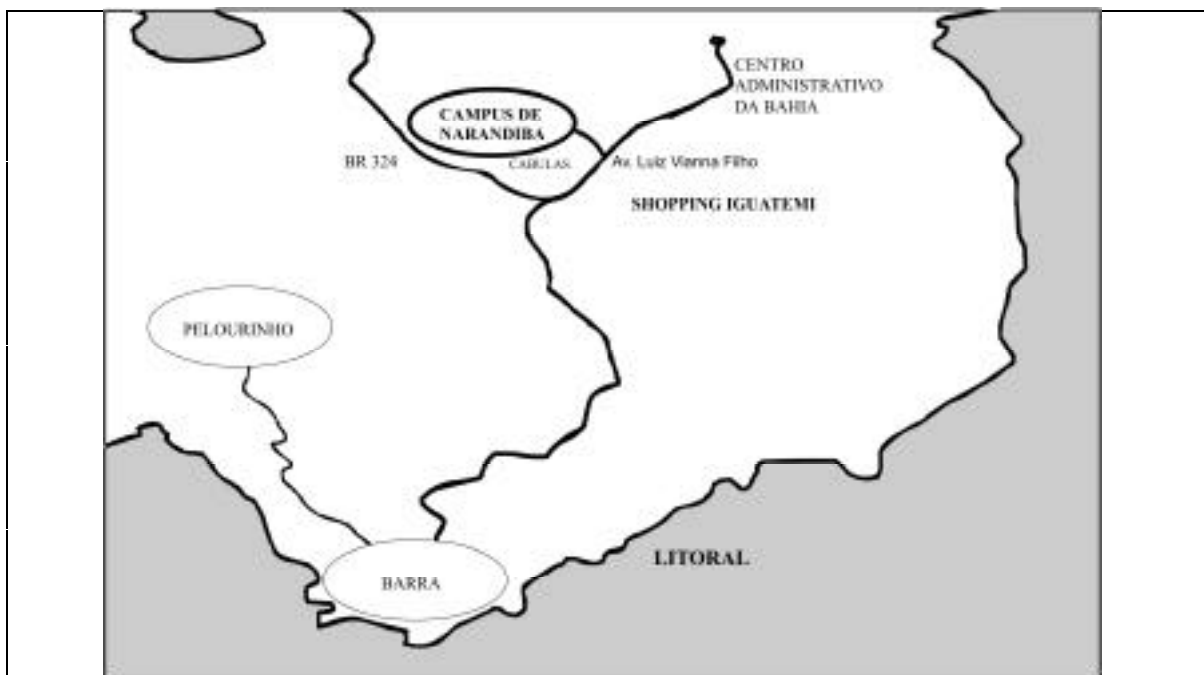


Figura 1

Situação do Campus Experimental de Narandiba dentro da malha urbana de Salvador

O Campus situava-se, em 1978, mais ou menos centralizado ao plano urbanístico que compreendia uma área de 513 hectares, com mais de 58 hectares de áreas não edificantes. Narandiba seria, assim, o nome da região que integraria um plano urbanístico e social, juntamente com um programa de implementação e investimentos promovidos através da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER⁵. Cerca de 20 mil casas para a população de baixa renda (zero a 2,5 salários mínimos) deveriam ser implantadas pelo plano e o Campus Experimental de Narandiba seria uma espécie de vitrine onde os construtores escolheriam os tipos de casas para cada loteamento a ser implantado. O plano fracassou nos seus objetivos gerais, pois não foi implementado. A área acabou sofrendo uma ocupação desordenada, tendo sido, ao longo do tempo, criados centros comunitários e outros edifícios de importância social não previstos no plano de ações urbanas e sociais original. Decorre daí que a região em torno do Campus Experimental de Narandiba foi ocupada por outras tipologias construtivas estranhas ao plano de 1978, algumas das quais são “invasões”, ou seja, propriedades sem legalização de posse. A Figura 2 ilustra as ocupações atuais.



Figura 2
Vista geral da ocupação atual.

A implantação do Campus Experimental de Narandiba se deu a partir de um contrato celebrado entre o extinto Banco Nacional da Habitação – BNH - o Banco do Estado da Bahia - BANEBA - a Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano da Bahia - CEDURB e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC. Foi, portanto, um empreendimento feito numa ampla parceria entre bancos estatais, empresas estatais e a CBIC.

O Campus foi construído por ocasião do "Simpósio sobre o barateamento da Construção Habitacional", evento de caráter nacional, promovido pelo BNH em Salvador, em março de 1978. Seu objetivo primordial, como se mencionou acima, era o de fazer uma exposição de protótipos de edificações habitacionais concebidas pelas empresas que, de alguma forma, haviam se engajado no esforço do BNH para baratear a construção habitacional popular. Entretanto, na primeira avaliação do empreendimento pelo BNH, que ocorreu 17 meses após a implantação do Campus, o Banco se contrapõe a esse entendimento:

⁵ À CONDER cabia, como órgão técnico, executar o planejamento integrado de desenvolvimento econômico e social, do uso do solo metropolitano, do transporte e sistema viário, do saneamento básico (notadamente o abastecimento de água, a rede de esgotos e a limpeza pública), assim como planejar a produção e distribuição de gás combustível canalizado, o aproveitamento dos recursos hídricos em geral, o controle da poluição, entre outros serviços.

"Admitir que o Campus seja apenas uma exposição de modelos prontos para o consumo seria ignorar os desafios que levaram a buscar esses mesmos modelos e que persistem ainda por trás de muitos resultados".⁶

No catálogo de apresentação do Campus, preparado pela equipe do projeto THABA, do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED/Bahia - o empreendimento é assim descrito:

"O Campus Experimental representa uma oportunidade oferecida pelo BNH para que o setor industrial demonstre sua capacidade de produção ao setor imobiliário. Não foram impostas quaisquer exigências acadêmicas, científicas ou restrições de caráter normativo aos protótipos. Valeu tudo, até o sonho. Agora se abre passagem aos críticos, aos pesquisadores e aos usuários, com o mesmo espírito e a mesma intenção".⁷

Essa afirmativa é um forte indício de que a finalidade do Campus era, de fato, a de demonstrar aos empreendedores imobiliários, inclusive as Companhias Habitacionais - COHABs - que a habitação popular poderia ser industrializada (ou racionalizada) e que o parque industrial brasileiro estava pronto para receber as encomendas. As propostas construtivas vieram de 34 empresas, as quais apresentaram 50 protótipos unifamiliares e 2 plurifamiliares, num total de 62 unidades habitacionais.

Há de se ressaltar que, até então, as construções financiadas pelo BNH eram edificadas com processos predominantemente convencionais, apresentando uma ou outra tentativa de racionalização e raríssimos eventos de construção industrializada. As casas construídas em Narandiba utilizavam diversos materiais e tecnologias construtivas tais como: cerâmica, madeira compensada, madeira mineralizada, aparas de madeira aglomeradas com cola, concreto tradicional em placas e caixões pré-fabricados, concreto celular, solo cimento, vermiculita, poliuretano expandido, aglomerado fenólico e outros tantos.

Um fato que chama atenção no texto anteriormente citado é a menção à falta de exigências *"acadêmicas, científicas ou restrições de caráter normativo aos protótipos"*. Considerando que isso foi escrito por pesquisadores na área de tecnologia das construções, a única interpretação que se pode dar a esse parágrafo é que as empresas tiveram total liberdade para executarem suas propostas, não lhes sendo impostos programas de necessidades, regulamentações urbanísticas ou arquitetônicas, parâmetros de desempenho técnico ou ambiental, pré-requisitos tecnológicos, limites de preços unitários e tantos outros critérios comumente adotados pelo BNH, naquela ocasião. O Campus deveria ser, pois, a expressão da liberdade de criação empresarial no atendimento à demanda social por habitações populares.

Decorridos 17 meses de implantação, um criterioso estudo realizado pela CEDURB comenta que as condições de habitabilidade se mostravam satisfatórias, quer em relação à estrutura comunitária que passou a habitar o local, quer em relação às unidades habitacionais em si.

5.2. O projeto urbanístico.

O relatório de avaliação⁸ menciona que houve um conceito básico de integração comunitária na concepção do projeto. Desse conceito teriam derivado várias praticinhas de convivência entre os vizinhos, sem outro limite territorial que não fosse a área coberta privativa de cada família. Entretanto, fazendo-se uma análise do desenho urbano de Narandiba a luz dos preceitos urbanísticos tradicionais, as seguintes considerações certamente terão lugar:

A proposta de arranjo das unidades habitacionais não obedeceu à tradicional divisão da gleba em lotes e arruamentos. Diante disso, não se pode dizer que houve um projeto urbanístico para Campus Experimental de Narandiba. O que se fez, na verdade, foi um leiaute de distribuição das construções nos moldes de um parque de exposições: Foram criados lotes poligonais, na maioria hexagonais, articulados por uma espécie de praça de forma quadrada ou retangular, que se configurava na articulação de quatro hexágonos.

Criaram-se circulações de pedestres nos caminhos que se formaram entre os lotes e ao redor das pequenas praças. As diversas edificações foram dispostas no interior de cada lote.

⁶ CF.: Campus experimental de Narandiba, BA.: *Revista Projeto* número 19, páginas 32-33, mar. -abr. 1980.

⁷ Narandiba – Campus Experimental de Habitação. Equipe do projeto THABA, do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED/Bahia, 1978.

⁸ Opus cit.

Esse tipo de composição espacial expressa a lógica de uma boa exposição: os *stands*, que são os lotes, podem ser facilmente acessados e observados de todos os lados. As casas, que são os objetos de exibição, são dispostas de modo tal que suas frentes sempre se voltem para as pequenas praças. Como se trata de uma exposição, não há preocupação com a tradicional setorização residencial, ditada pela nossa cultura, onde os domínios públicos e privados são territorialmente separados, definindo os conceitos socio-espaciais de frente e fundo. O traçado geométrico de Narandiba é totalmente alheio a qualquer prescrição urbanística que se conheça. Ao contrário disso, parece mesmo seguir tão somente a lógica da disposição de “stands” numa espécie de feira de moradias.

Como o desenho é meramente formal, isto é, apenas define uma configuração geométrica para as áreas onde se assentam as moradias, não se percebe nele nenhuma intenção de organizar a distribuição de infraestrutura de circulação, suprimento (de água, energia e comunicações) e esgotamento (de efluentes líquidos e sólidos).

Parece que não houve, também, nenhuma preocupação com a paisagem circundante (o que de lá seria visto) ou com a paisagem por ele configurada (como o conjunto se mostraria à paisagem urbana). Nota-se claramente que, no interior de uma vasta terraplanagem desenhou-se uma malha tendendo a hexagonal, sem rigidez geométrica, totalmente aleatória, sem a menor intenção de definir percursos e sem nenhuma conexão com os assentamentos adjacentes. Apresenta-se, em seguida, o mapa do Campus.

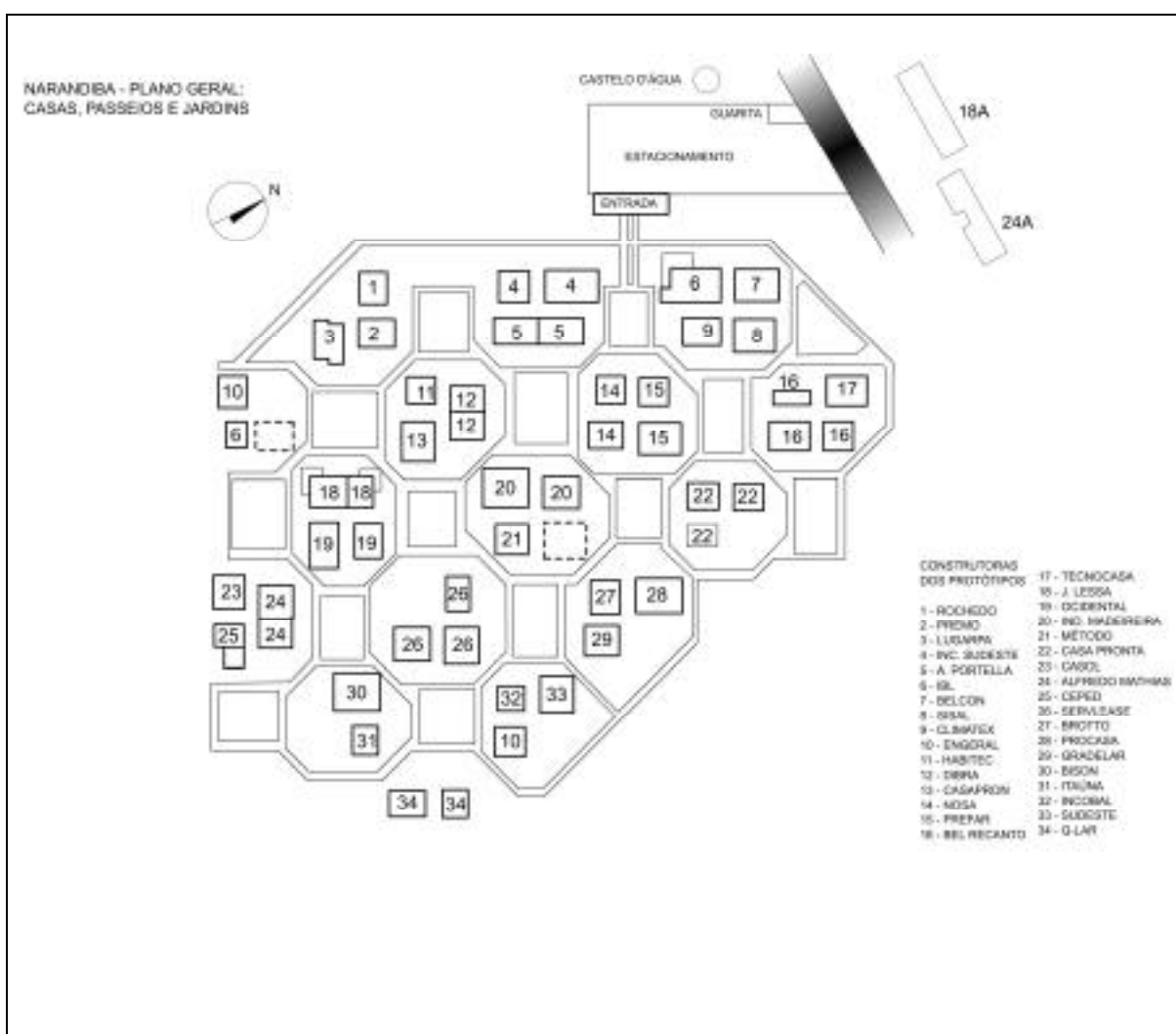


Figura 3 – Mapa do Campus Experimental de Narandiba.

É curioso notar como o Campus Experimental de Narandiba, no que diz respeito ao desenho urbano segue exatamente os mesmos princípios formalistas do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG- em Belo Horizonte, e de outros desenhos pós Carta de Atenas: um urbanismo supostamente racionalista, onde a trama viária visa a estabelecer apenas uma rede de relações e conexões físico-espaciais, sem se preocupar com a definição de percursos ou lugares e, sobretudo, sem se preocupar com as funções que se assentarão no território.

5.3. Algumas Hipóteses Fundamentais.

Observada à luz dos pressupostos que regem uma boa articulação espacial, a configuração física do conjunto, que se apresenta na Figura 3, suscitaria, dentre outras, as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: O traçado geométrico formalista gera espaços indiferenciados, dificultando a legibilidade do conjunto e, conseqüentemente, a identidade dos lugares.

Hipótese 2: A repetição do padrão hexagonal, aliada à aleatoriedade de sua escolha, gera perspectivas também repetitivas, a exemplo do que ocorre com os traçados reticulados de algumas cidades modernas. Perde-se, assim, o sentido de orientação espacial.

Hipótese 3: A falta de delimitação dos territórios privados, semi-privados e públicos resulta num espaço promíscuo, no qual os fenômenos da territorialidade, privacidade e ambiência não se espacializam adequadamente, gerando conflitos arquitetônicos e urbanos.

Essas hipóteses, entretanto, não resistiram sequer a uma observação superficial do conjunto. Desmoronaram-se, uma após a outra, logo na primeira visita, deixando intrigados os arquitetos e urbanistas que participaram das observações de campo, como se demonstrará em seguida.

6. Analisando Narandiba: o assentamento, como ele se mostra.

6.1. Exame da hipótese 1: legibilidade do conjunto e identidade.

A chegada da equipe de pesquisadores no conjunto se deu pelo acesso principal, onde tem uma guarita, como se vê na Figura 3 mostrada anteriormente. Há um muro com um grande portão gradeado. No muro se vê a inscrição identificadora do território: Campus Experimental de Narandiba. Em seguida ao portão há um estacionamento. O fato de o portão ficar aberto dá a impressão de que se trata da entrada de um prédio público, de um equipamento comunitário. Um porteiro zela pela entrada. Identificamo-nos e pedimos permissão para entrar. Ele nos solicitou que consultássemos a Jane, pois o síndico não estava. Essa foi a nossa primeira surpresa: tratava-se de um condomínio fechado, com síndico, porteiro e tudo o mais, nos moldes dos condomínios elegantes que conhecíamos.

Por um momento pensamos que o nosso trabalho se frustraria, pois queríamos avaliar um conjunto popular antigo e não um assentamento de classe média alta. O caminho mais curto da portaria até à casa da Jane era pela borda do conjunto. Foi por isso que a nossa primeira aproximação se deu pela parte lateral. Não tivemos nenhuma dificuldade em encontrar a casa, a partir das referências dadas pelo porteiro. E as referências eram todas arquiteturais: *“passem a quadra de esportes e sigam em frente; a casa dela é amarela, de dois andares, lá adiante”*.

Fomos observando que havia muitas alterações feitas nas casas pelos moradores, ao longo dos 22 anos e, portanto, muito teríamos a investigar.

A leitura do espaço externo oferece uma continuidade e seqüência que é dada pelos objetos arquitetônicos e paisagísticos que foram articulados aos projetos originais, inclusive os de caráter meramente decorativo. Quando uma ou outra intervenção se fez mais radicalmente como, por exemplo, a demolição e reconstrução de um novo andar, parece ter havido sensibilidade para que as relações de proporcionalidades fossem mantidas entre alturas, vãos, janelas e entradas.

A primeira hipótese está, portanto, refutada: a diferenciação espacial não é função da geometria da planta. A repetição bi-dimensional da planta não se rebate necessariamente no espaço vivido tridimensional. A peculiaridade de evento arquitetônico se define por suas características tridimensionais, por suas cores e por sua inserção no conjunto dos demais elementos espaciais perceptíveis. O desenho do território, constituído pela forma da rede de vias e pelas formas dos lotes, não é relevante para a percepção espacial de um assentamento. Narandiba mostra que a legibilidade dos lugares não está necessariamente conectada a uma diferenciação, em planta, do traçado de lotes e circulações.

Esse argumento já havia sido tangenciado por BENEVOLO⁹, ao comentar o sistema de urbanização setecentista, em grelha, de algumas cidades americanas. Ele menciona que, nesses casos, o desenho urbano regular dá sustentação à legibilidade do conjunto tumultuado por edificações de diversos tipos e alturas. Entretanto, conforme observa em Nova York e em Chicago, quando a densidade diminui, o efeito orientador da grelha planimétrica desaparece, restando apenas a desordem formal dos artefatos arquitetônicos. Em Narandiba, ao contrário, mesmo a densidade sendo baixa, a grelha ainda assim sustenta o conjunto e a diversidade que, com o tempo, certamente aumentou, em razão das sucessivas modificações introduzidas pelos usuários nas suas moradias.

As fotos da Figura 4, em seguida, ilustram essa idéia.

6.2. Exame da hipótese 2: a repetição e a orientação espacial.

Diversos autores, dentre os quais se destacam LYNCH¹⁰ e NORBERG-SCHULZ¹¹ consagraram o entendimento de que a orientação espacial ocorre a partir de referenciais físicos, articulados por caminhos e direções. Tais referências (ou marcos) assim se constituem pela sua singularidade face aos demais elementos da paisagem, isto é, pelo seu potencial de diferenciação espacial. Se isso é verdade, quanto maior for a quantidade de visualizações singulares que oferece, maior será o potencial da paisagem de fixar imagens na nossa mente. Maior será seu potencial de comunicação.

⁹ Cf., BENEVOLO, L. *A cidade e o arquiteto*, São Paulo: Martins Fontes, 1984, p. 65.

¹⁰ LYNCH, K. *The image of the city*, Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1960.

¹¹ NORBERG-SCHULZ, C. *Existence, Space and Architecture*. Londres: Studio Vista, 1975.

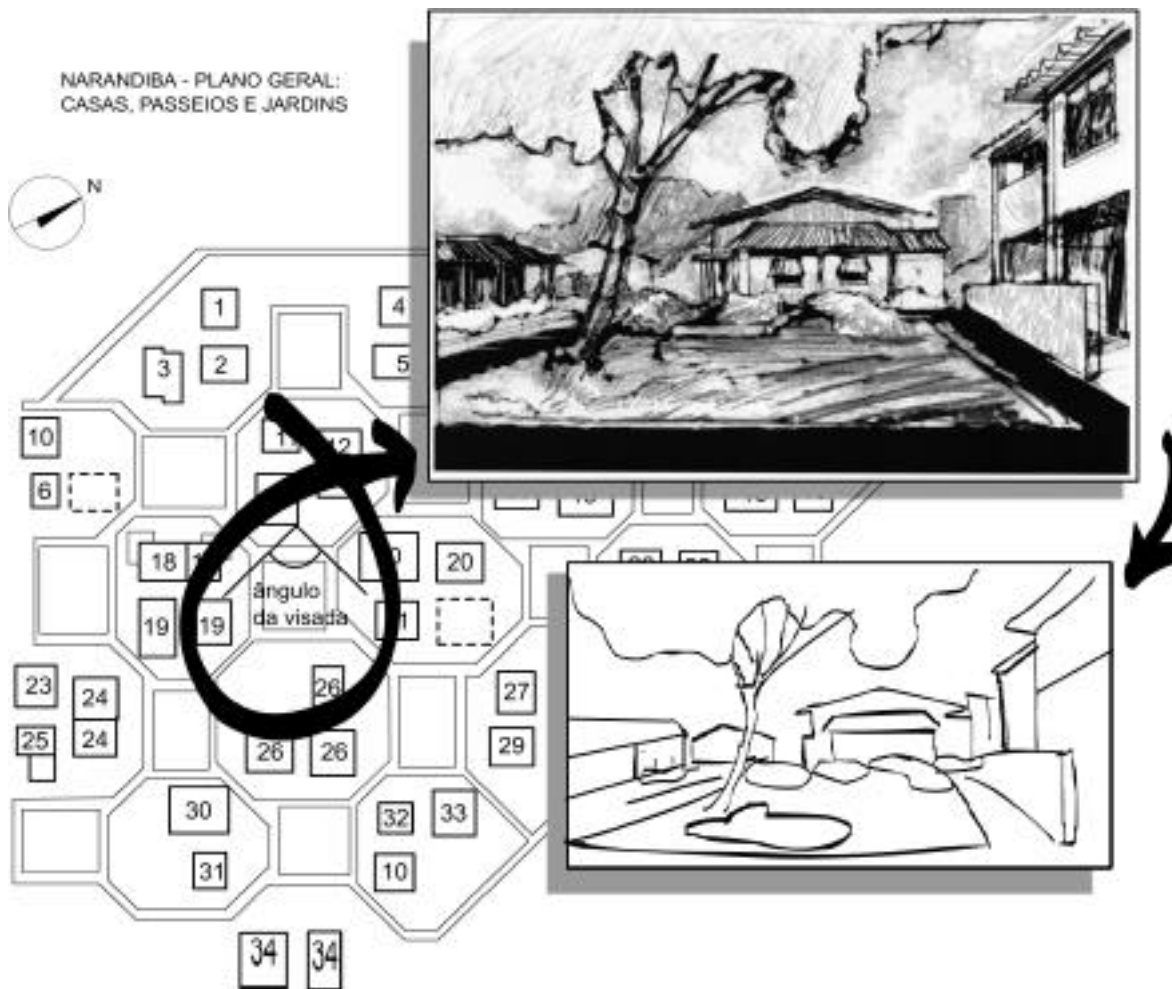


Figura 4

As referências paisagísticas

Uma malha geométrica regular tem um baixo potencial de oferecer ângulos variados de perspectiva, pois sua regularidade trabalha exatamente no sentido oposto, isto é, oferece sempre as mesmas possibilidades de visualizações. Assim sendo, a malha geométrica do desenho urbano de Narandiba sugere a formulação de um espaço indiferenciado, com perspectivas repetidas e onde a orientação torna-se difícil. Se analisarmos, ainda em planta, o potencial de comunicação do desenho urbano do Campus Experimental, seremos levados a crer que a monotonia da paisagem é ali inevitável pois, além da regularidade das perspectivas, há também a regularidade na implantação dos objetos arquitetônicos.

Essa hipótese, entretanto, se apresenta como falsa desde a primeira visita ao conjunto. As praças que se formam nas articulações dos hexágonos são tão diferenciadas paisagisticamente que chegamos até a duvidar se realmente possuíam formas e dimensões similares. O mais interessante é que o paisagismo dos pequenos jardins a frente das casas (os territórios privados) emolduram tão adequadamente os espaços coletivos (as praças) que deixam a impressão de que foram cuidadosamente desenhados com esse propósito. Como esses pequenos jardins são sempre singulares, cada praça adquire a singularidade que lhe confere o entorno e todas as praças tornam-se, assim, singulares, verdadeiros marcos de orientação espacial.

O que contrapõe a repetição do desenho urbano é, sem dúvida, a exuberância da vegetação, seja no seu colorido, seja nas suas formas e variedades. A beleza dos jardins floridos, das trepadeiras, das árvores e arbustos conferem a Narandiba a imagem de uma espécie de paraíso tropical. Lá se tem a exata noção do potencial do paisagismo como elemento de comunicação. A arquitetura dos lugares perde a importância na presença da magnífica paisagem que os moradores construíram, tirando da natureza o que ela podia lhes dar de melhor, como se vê nas ilustrações da Figura 5. Esse jogo entre o rigidez geométrica dos espaços, a transgressão formal dos arranjos paisagístico marca indelevelmente os diversos

espaço exteriores, situando o transeunte o orientando-o: depois daquela mussaendra florida; a esquerda da casa que tem uma parreira; na praça da carroça decorativa, perto das mangueiras, essas eram as marcações que nós, pesquisadores fazíamos, sem nos dar conta de que o nosso sentido de orientação vinha do paisagismo, refutando inteiramente a hipótese de que a repetição do padrão hexagonal gerando praças retangulares comprometia a orientação espacial. Concluímos que, entre edificações baixas, onde há uma vegetação exuberante, ela se sobrepõe à ordem do plano como elemento de orientação espacial.

6.3.Exame da hipótese 3: a falta de delimitação territorial gerando conflitos arquitetônicos e urbanos.

No plano geral de Narandiba, a lógica de “stands” de exibição das casas parecia não caracterizar espaços e transições entre os domínios públicos e privados. As praças retangulares possibilitavam um distanciamento do observador para que este tivesse uma melhor visão do protótipo da casa. Muito embora o relato da primeira avaliação do BNH tenha indicado que a intenção fosse de conformar praças de sociabilidade, esse argumento parece falho, considerando que as casas são implantadas em esquinas. Em nossa cultura, as esquinas são mais usadas para tipologias comerciais ou de serviços, diante da necessidade de maior exposição do edifício no recinto da rua¹². Era esperado que em Narandiba uma série de conflitos gerados por essa super exposição e pela falta de delimitação dos territórios fossem encontrados.

Entretanto, isso não ocorreu. Através de pequenas alterações, os moradores diferenciaram o interior das casas do exterior, com o tratamento paisagístico, e criaram um código de comportamento territorial para atenuar a falta de privacidade.

O espaço deixado entre as casas e as praças foi modificado, com varandas ou pequenos jardins. No interior, as áreas de serviço foram adaptadas com a expansão do edifício até as divisas. Essas soluções não comprometeram a integridade dos projetos originais, mas qualificaram o espaço indiferenciado ao redor das construções, de modo simples e econômico.

As praças foram tratadas na forma de jardins, sem focalizar qualquer centralidade. Ao longo do tempo, os moradores cultivaram arbustos e árvores de modo que esses não rompessem as tubulações de água e esgoto, nem comprometessem as fundações das casas. Conseguiram, com esses cuidados, um paisagismo exuberante. Controlaram a exposição das fachadas das casas através dessas cortinas vegetais. Criaram trechos sombreados e refrescantes ao mesmo tempo em que conformaram territórios mais privativos no espaço exterior.

O estilo de vida dos moradores parece ter se adaptado a esse conjunto de situações. Os espaços coletivos recreacionais em Narandiba são poucos. Uma pequena quadra de esportes foi acrescida ao projeto original, mas seu aspecto é de desuso. Narandiba passou a ser considerada um lugar para “*gente mais velha, avós, e gente calma*”, comentou um dos moradores. Os mais jovens elegem outros lugares mais apropriados para o lazer ativo, externamente ao conjunto. Isso provocou uma aparência contemplativa das praças, onde a serenidade só é quebrada quando se realizam pequenas festas, bingos e congraçamentos. Nem mesmo o carnaval baiano parece interferir nessa quietude. “*Eu nem vejo carnaval por aqui, nem ligo o rádio nem a tv*”, comentou outro morador. A imagem de Narandiba é a de um “oásis” calmo e tranquilo. As crianças brincam nas bordas das praças e “*os mais velhos buscam viver em paz*”, no dizer de Jane, moradora e sub-síndica do conjunto.

Inexistem complicadas transições entre o espaço coletivo, interior ao conjunto, e o espaço público da rua, que lhe dá acesso. O estacionamento, ficando afastado das casas, não permite que os carros invadam o interior, criando uma área onde o movimento é filtrado. “*Usamos carrinhos para trazer as compras ou fazer mudanças*”, respondeu um dos moradores quando indagado se a ausência de uma garagem privativa era problemática ou não.

Mais uma vez, portanto, a caracterização das casas e dos espaços exteriores, segundo o que se viu, não sustenta a hipótese de que seus territórios sejam indiferenciados, ocasionando conflitos de privacidade. Ao contrário, as adaptações do espaço introduziram códigos de uso e conduta tacitamente assumidos pelos seus moradores. A Figura 5 mostra fotos onde se vê uma acentuada diferenciação espacial, sem algumas das usuais barreiras territoriais.

¹² Cf.: BOLTSHAUSER, João; “*Noções da evolução urbana nas Américas*”: ed. EAUFMG, B.H., sd e VASCONCELLOS, Sylvio; “*Vila Rica*”: ed. Perspectiva, S.P., 1979.



A Figura 5

O paisagismo e a diferenciação espacial.

7. Conclusão.

As Leituras Espaciais em Narandiba revelaram, desde as primeiras visitas, que não havia nenhum tipo de conflito entre os moradores e o espaço urbano. Os 23 anos do assentamento haviam consagrado normas de convivência e regras de uso dos espaços públicos, regulamentando, enfim, a sociabilidade. Essa regulamentação incorporou as transgressões que não afetavam grandemente os fenômenos de privacidade, territorialidade, identidade e ambiência. Por outro lado, o cuidado de todos com o espaço coletivo fez com que o tratamento paisagístico dos lugares despontasse como a grande solução para que fossem evitadas transgressões que deteriorariam a qualidade de vida do ambiente:

- a) O carro ficou definitivamente banido do interior do Campus, pois sua passagem certamente reduziria as praças; sua presença junto às casas eliminaria os pequenos jardins. O ruído de sua passagem haveria de perturbar o sossego dos mais velhos e a segurança das crianças. O estacionamento contíguo à entrada do conjunto foi a solução encontrada pelos moradores para conciliar a necessidade de ter carro e o desejo de morar bem. Uma solução que usualmente não se vê nos projetos que nós, os arquitetos, fazemos.
- b) Não havendo trânsito de carros, os caminhos podem ser estreitos e os jardins maiores. As praças não se transformam em estacionamentos e o verde prevalece. As praças podem ser ocupadas por crianças, com seus brinquedos e jogos. Mas isso também foi regulado pelo paisagismo: as praças não são para se estar; são para se contemplar. Com isso ninguém fica por ali jogando bola ou fazendo algazarra. Preserva-se a privacidade.
- c) Havendo praças bem cuidadas e canteiros floridos, tem-se uma paisagem urbana privilegiada, semelhante à dos elegantes condomínios fechados. A identidade assim se recompõe: não se trata de um “conjunto do BNH”, mas do Campus Experimental.
- d) A ausência do carro, as praças embelezando o lugar, as casas bem cuidadas, as varandas cobertas de trepadeiras floridas, as mangas, goiabas e uvas: a ambiência da morada do sonho.